

Circular nº 012/2025

Brasília (DF), 15 de janeiro de 2025.

Às seções sindicais, às secretarias regionais e à(o)s Diretora(e)s do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE).

Companheira(o)s,

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), realizada nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2024, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Caroline de Araújo Lima
1ª Secretária

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICA
EDUCACIONAL (GTPE)**

**SEDE NACIONAL DO ANDES-SN - 30 DE NOVEMBRO E 1º DE DEZEMBRO
DE 2024**

30/11/2024 (Sábado) – Manhã

Coordenação da reunião: Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente da Regional Norte 2), Fernanda Ferreira Belo (1ª Secretária da Regional Planalto), Luis Eduardo Acosta (2º Vice-Presidente), Raquel Dias Araujo (1º Vice-Presidenta).

Representantes das seções sindicais

Gelta Terezinha Ramos Xavier (Aduff), Nilvânia dos Santos Silva (Adufpb), Maria Bernardete da Nóbrega (Adufpb), Olenir Maria Mendes (Adufu-Ss), Myrtes Dias da Cunha (Adufu-Ss), Marcos De Oliveira Soares (Adunifesp), Amanda Moreira (Asdurj), Michelli Costa (Adunb).

A Diretora Raquel Dias deu as boas-vindas à(ao)s participantes e cada diretor(a) fez suas apresentações. A coordenação da mesa informou a pauta, conforme a circular nº 478/2024, e sugeriu a inversão de pauta para a manhã do dia 30 de novembro, a fim de iniciar a discussão pelo tema PIB como referência para o financiamento da educação pública, após os informes. Assim, após a aprovação da sugestão, a pauta ficou organizada da seguinte forma:

30 de novembro de 2024

9h às 12h

1. Informes;
 - 1.1. Informes da Diretoria Nacional;
 - 1.2. Informes das Seções Sindicais;
2. O significado do PIB como referência para financiamento da educação pública;

14h às 17h

3. Avaliação sobre a participação do ANDES-SN no Fórum Nacional de Educação (FNE);

1º de dezembro de 2024

9h às 13h

4. A possibilidade de implementação do RSC para a carreira unificada do Magistério Federal, por um período de transição;
5. Encaminhamentos.

1. INFORMES

1.1. Informes da Diretoria Nacional

III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação

Nos dias 11 a 15 de novembro de 2024, ocorreu o III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, no Rio de Janeiro, sediado pela Asduerj e organizado pelo ANDES-SN, a partir de resolução congressual, juntamente com Outras Vozes em Educación (OVE), SINASEFE, FASUBRA, SEPE/RJ e as entidades do movimento estudantil. Foram realizadas oito mesas ao longo da semana, das quais cinco abordaram temáticas educacionais e três tratando de temáticas sindicais, debates sobre a organização da(o)s trabalhadora(e)s da educação na América Latina. O evento contou com a participação de 55 delegações internacionais de 12 países e a organização de um acampamento da juventude com cerca de 500 estudantes de todas as regiões do Brasil. Durante o Congresso, ocorreu um ato pela Paz e contra o genocídio em Gaza e a(o)s participantes estiveram presentes no Ato contra a escala 6X1, ocorrido no dia 15/11, na Cinelândia. O III Congresso apontou a necessidade de seguir o debate sobre a articulação da(o)s trabalhadora(e)s da educação da América Latina contra os ataques neoliberais à educação pública e para a organização do IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, em 2026.

Plano Nacional de Educação

Foi realizado um conjunto de audiências públicas pela Comissão de Educação do Senado Federal, com a participação de movimento e entidades científicas da educação nacional para debater o projeto de lei do novo PNE. A coordenação do GTPE elaborou uma série de vídeos os quais realizam análise comparativa entre as metas do atual PNE e

o conteúdo presente no projeto de lei do novo PNE, caracterizando os pontos de avanços, estagnação e retrocessos, o material tem acesso no canal do you tube do ANDES-SN: https://www.youtube.com/playlist?list=PLhd51c4FMeq6W-sexp_enagD--1mxCWI3.

Até o momento, foram publicados cinco vídeos, e segue em processo de edição outros dois. O acompanhamento da tramitação do PL 2614/2024, do novo PNE, permanece estacionado, com o requerimento de pedido de criação de comissão especial para a tramitação do PL desde julho de 2024.

InformANDES Especial da Educação

Em cumprimento à resolução congressional do 41º Congresso do ANDES-SN, foi elaborado o *InformANDES* Especial da Educação, contendo matérias sobre as lutas no período do governo Bolsonaro e também no período posterior, como as lutas de combate à Reforma da Reforma do Ensino Médio, com entrevista concedida pelo prof. Lucas Barbosa Pelissari (UNICAMP); a luta contra a BNCC, com entrevista concedida pelo prof. Dermeval Saviani (UNICAMP); as mobilizações pela revogação da BNC – Formação e contra a Resolução CNE 04/2024, em conjunto com a Frente Nacional pela Revogação das resoluções e retomada da Resolução CNE 02/2015, com entrevista concedida pelo prof. Nilson Cardoso (UECE); assim como matéria sobre a violência contra docentes nas escolas, nas universidades, nos institutos federais e nos CEFET's e o processo de violência que tem se dado nas escolas do país, com entrevista concedida pelo prof. Fernando Penna (ADUFF). O *InformANDES* Especial da Educação está disponível no site do ANDES-SN, em português e espanhol: https://www.andes.org.br/sites/informe_andes.pdf.

Nota Técnica e Política referente à Resolução CNE 04/2024

Na última reunião do GTPE, realizada nos dias 28 e 29 de setembro de 2024, discutiu-se sobre a Resolução CNE/CP 04/2024 em conjunto com o tema do ENADE das Licenciaturas e, do acúmulo dessa discussão, foram elaboradas duas notas da Diretoria do ANDES-SN a respeito da referida Resolução – uma nota técnica e uma nota política, as quais foram encaminhadas por meio das circulares nº 501/2025, de 5 de novembro de 2024 (Envia nota técnica da diretoria do ANDES-SN) e nº 509/2025, de 6 de novembro de 2024 (Envia nota política da diretoria do ANDES-SN). Além das notas, o ANDES-SN

também produziu materiais gráficos sobre o ENADE das Licenciaturas (carrossel de card), divulgados nas redes sociais do Sindicato.

Ciclo de Lives da Frente acerca das resoluções

O ANDES-SN, por meio da Coordenação do GTPE, participou do Ciclo de Lives organizado pela Frente Nacional pela Revogação da BNC-Formação e Retomada da Resolução CNE 02/2015, que discutiu a Resolução CNE 04/2024 e fez uma retrospectiva da atuação da Frente. As lives ocorreram nos seguintes dias, e com os temas relacionados:

Mesa 1: Conquistas e Desafios para a Formação de Professora(e)s Frente às Políticas Neoliberais, 30 de outubro de 2024;

Mesa 2: Perspectivas e Desafios para a Formação de Professora(e)s, 5 de novembro de 2024;

Mesa 3: Perspectivas e Desafios para a Formação de Professora(e)s, 18 de novembro de 2024.

As lives foram transmitidas pelas redes sociais do ANDES-SN e estão disponíveis nas redes sociais da ANFOPE.

43º Congresso do ANDES-SN

O 43º Congresso do ANDES-SN ocorrerá no período de 27 a 31 de janeiro de 2025 (segunda a sexta-feira), na cidade de Vitória (ES), sob a organização da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES - Seção Sindical), com o tema central: “SÓ O ANDES-SN NOS REPRESENTA: dos locais de trabalho às ruas contra a criminalização das lutas”. As contribuições das seções sindicais e do(a) sindicalizado(a)s para integrarem o Caderno de Textos poderão ser enviadas até o dia 11 de dezembro de 2024, sendo recebidos exclusivamente por e-mail (secretaria@andes.org.br). O credenciamento para o 43º Congresso ficou estabelecido no período de 29 de outubro de 2024 a 8 de janeiro de 2025. Todas as informações poderão ser consultadas na Circular nº 473/2024, de 25 de outubro de 2024.

Informe do ato do dia 29 de novembro no Palácio de Itamaraty

No dia 29/11, demarcado como o Dia Internacional de Solidariedade ao povo palestino, o ANDES-SN esteve presente por meio do Encarregado de Relações Internacionais (Luis Eduardo Acosta – 2º Vice-Presidente), junto com o professor Fábio Bezerra (presidente do Sindcefet-Mg e membro da Coordenação do Comitê Mineiro de Solidariedade ao Povo Palestino), Amaury Garcia, da Coordenação Nacional do SINASEFE, o presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL), Ualid Hussein Ali Mohd Rabah, e a vice-presidenta da FEPAL, Fátima Ali, num ato na sede do Ministério de Relações Exteriores, no Palácio de Itamaraty. O ato consistiu numa audiência, que durou cerca de 2 horas, com o responsável pelas relações internacionais do governo brasileiro para o Oriente Médio, o diretor do Departamento de Oriente Médio, Clelio Nivaldo Crippa Filho. No ato, foram entregues as resoluções do ANDES-SN sobre a Palestina, ao longo dos Congressos e CONAD'S, com destaque para a solicitação formal de ruptura das relações diplomáticas, comerciais, militares e acadêmicas do governo do Brasil com o Estado sionista de Israel, em nome do ANDES-SN e do Comitê Mineiro de Solidariedade ao Povo Palestino.

Militarização da educação

A Coordenação do GTPE permanece acompanhando e lutando contra as investidas de governos que insistem em realizar a militarização da educação. Estão em tramitação quatro ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, as quais tramitam no STF com pedido de tornar inconstitucional o conjunto de legislação que criou programas de escolas militarizadas nesses estados. No mês de outubro de 2024, foi realizada uma audiência pública, convocada pelo relator das ADIs, o ministro Gilmar Mendes, para debater o conteúdo dos pedidos. O ANDES-SN solicitou participação; contudo, em virtude do tempo total da audiência e do conjunto de entidades que solicitaram, foi realizado a seleção de algumas, conforme representação. Ainda na ADI, o ANDES-SN solicitou a participação como amicus curiae em todas.

1.2. Informes das Seções Sindicais

Seguem em subanexo os informes recebidos *via formulário e via e-mail*.

2. O SIGNIFICADO DO PIB COMO REFERÊNCIA PARA FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O diretor Emerson Duarte fez uma exposição do tema, com auxílio de slides (ANEXO 1), destacando o histórico do financiamento da educação, tomando como referência a década de 1980. Assim, pontuou o tema nas Conferências Brasileiras de Educação, na greve de 1980 das federais, nos debates do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), na construção da Carta Constitucional, da LDB e do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE-SB), com destaque para a defesa da aplicação de 10% do PIB na educação pública, sempre chamando a atenção para a atuação do ANDES-SN nesses processos. Na década de 2000, com a aprovação do 1º PNE, foi definida a aplicação do percentual de 7% do PIB na educação, mas a meta foi vetada. Já no 2º PNE de 2014, foi aprovada a aplicação de 10% do PIB na educação, resultado da pressão dos movimentos sociais e da participação do ANDES-SN na construção e atuação no Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a educação, Já.

Emerson Duarte apresentou os dados do percentual de investimentos em educação proporcional ao PIB ao longo dos anos 2000. Em 2000, esse percentual foi de 4,6%, e alcançou 5,5% em 2021, incluindo, nesses dados, os recursos gastos com educação repassados ao setor privado. No âmbito dos investimentos públicos diretos, há uma queda de 3,9%, em 2000, para 4,7%, em 2021. E, mesmo que tenha ocorrido um crescimento do valor médio de investimento público direto por estudante, ao sair de R\$ 2.937, em 2000, para R\$ 10.322, em 2021, esse valor permanece muito atrás de vários países do mundo, principalmente, quando comparado com os países da OCDE.

Emerson Duarte ressalta que os dois PNEs (2001 e 2014) não ultrapassaram os percentuais de 5%, em média. Os investimentos em educação no Brasil equivalem ao que outros países faziam nos anos 1970. No Caso do Brasil, há uma necessidade de reparação histórica. A Finlândia investiu desde os anos 1970 na educação, assim como Japão, etc. Estudos do IPEA sobre investimentos e retornos dos investimentos mostram que a área

que mais oferece retorno ao crescimento do PIB é a educação (estudos de 2011). Estudos de comparação da educação mundial da OCDE, de 2024, mostram que o Brasil está abaixo da média dos países da OCDE, na oferta de educação escolar – o ensino médio é o que mais preocupa – queda na proporção de acesso e conclusão de estudantes com essa etapa de estudantes. O gasto público por aluna(o), no estudo OCDE, é abaixo de cinco mil dólares, considerado abaixo da média mundial.

O ANDES-SN é signatário da defesa da aplicação dos 10% do PIB na educação pública desde 1997, de acordo com as Resoluções de Congressos – 23º, 24º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 42º, de CONADs e presente também no Caderno 2 - 4 ed. No texto do PL 2614/2024, novo PNE, esse tema está previsto nos objetivos 18, 18.7 e 18.8.

No debate inscreveram-se os (as) seguintes professores (as) presentes: Olenir Maria Mendes (Adufu), Raquel Dias (Diretoria), Amanda Moreira (Asduerj), Maria Bernardete da Nóbrega (Adufpb), Luis Eduardo Acosta (Diretoria), Marcos de Oliveira Soares (Adunifesp).

Dentre os temas abordados no debate, podemos mencionar centralmente: a atualidade da defesa da aplicação dos 10% do PIB na educação pública, já que o Brasil ainda está distante de alcançar a meta, campanha salarial de 2024; os desvios de investimentos em educação propiciados pelos regimes de recuperação fiscal; desafios quanto à universalização da educação básica; a necessidade de discutir o que concretamente representam os 10% do PIB na educação; expor o impacto na educação básica e superior se o investimento fosse de 10%; a apropriação da educação pública pelo setor privado e a disputa do fundo público; a relação do financiamento com o Custo Aluno-Qualidade, etc.

Encaminhamentos:

1. Produção de materiais e realização de debates sobre a aplicação dos 10% do PIB na educação pública de modo que chegue à(o)s sindicalizada(o)s;
2. Disputar o projeto de lei do PNE;
3. Realizar campanhas, apresentando o ponto central na disputa de fundos públicos, orçamentos e investimento de PIB em educação e inclusive, no ensino superior.

30/11/2024 (Sábado) – Tarde

Coordenação da reunião: Cláudia Lino Piccinini (1ª Vice-Presidenta da Regional Rio de Janeiro), Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente da Regional Norte 2), Fernanda Ferreira Belo (1ª Secretária da Regional Planalto), Luis Eduardo Acosta (2º Vice-Presidente) e Raquel Dias Araujo (1º Vice-Presidenta).

Representantes das seções sindicais

Gelta Terezinha Ramos Xavier (Aduff), Nilvânia dos Santos Silva (Adufpb), Maria Bernardete da Nóbrega (Adufpb), Olenir Maria Mendes (Adufu-Ss), Myrtes Dias da Cunha (Adufu-Ss), Myrtes Dias da Cunha (Adufu-Ss), Marcos De Oliveira Soares (Adunifesp), Amanda Moreira (Asdurj).

3. AVALIAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO ANDES-SN NO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE)

A diretora Raquel Dias iniciou a discussão, com auxílio de slides (ANEXO 2), apresentando a resolução aprovada no 67º CONAD, a saber, ‘4. Que o GTPE produza avaliações sobre o Fórum Nacional de Educação para orientar a decisão das seções sindicais no 43º Congresso do ANDES-SN sobre a participação no citado Fórum’ e, em seguida, fez uma retrospectiva histórica do Fórum Nacional de Educação (FNE), desde a sua criação, em 2010, e sua instituição pela Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), passando pela sua desconfiguração, em 2017, durante o governo Temer, até a sua recomposição, em 2023, já sob o governo Lula, com a Portaria nº 478, de 17 de março de 2023, bem como a nova composição indicada pela Portaria nº 718, de 13 de abril de 2023. Finaliza apresentando algumas reflexões para o debate: o FNE, diferentemente do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), criado quando o FNE foi desestruturado, que tem um caráter social, pois é constituído apenas pelas entidades dos movimentos sindical, social e popular, o primeiro (FNE) é um órgão do Estado; embora o FNE tenha a participação de entidades da chamada sociedade civil, essa participação consiste tanto na presença de entidades e órgãos do campo progressista, como também vinculadas de entidades e órgãos vinculados aos setores empresariais,

portanto, transformando o FNE em um espaço de conflitos; por último, questiona a participação de entidades cartoriais, sem representação real na base das categorias ferindo os próprios critérios estabelecidos no Regimento do FNE.

Após a apresentação, foi feito o debate e várias pessoas se inscreveram para participar da discussão, a saber, Marcos de Oliveira Soares (Adunifesp), Nilvânia dos Santos Silva (Adufpb), Gelta Terezinha Ramos Xavier (Aduff), Maria Bernardete da Nóbrega (Adufpb), Luis Acosta (Diretoria), Olenir Maria Mendes (Adufu), Emerson Duarte (Diretoria), Cláudia Piccinini (Diretoria).

Foram feitas as seguintes reflexões: pensar sobre o significado do FNE numa perspectiva histórica; pensar sobre o caráter e o seu papel na disputa da política educacional; lembrar o lugar que o ANDES-SN vem ocupando historicamente na elaboração e disputa da política educacional, desde o início da sua história, como o FNDEP; pensar que ocupação de qualquer espaço é sempre uma questão tática, e a ocupação desse espaço deve servir para combater as políticas neoliberais e de destruição da educação pública. Ocupar o FNE nos ajuda ou atrapalha nesse sentido? A necessidade de pensar também na formação político-ideológica das nossas bases, a qual teria sido esquecida durante um longo período sob os chamados governos democrático-populares. Seria importante, pauta no âmbito do FNPE, o significado da ocupação do espaço do FNE pelas entidades no combate às políticas de destruição da educação pública, assim como o papel das entidades empresariais, quais os limites e as possibilidades da intervenção nesse espaço.

Encaminhamentos:

1. Fazer um levantamento de quais políticas foram aprovadas pelo FNE, o que o Fórum tem proposto ou indicado para o CNE, o MEC e outros órgão;
2. Aprofundar o entendimento de como o Fórum funciona em conjunto com todas as entidades que o compõe, inclusive as entidades privadas;
3. Sugerir discussão no âmbito do FNPE sobre a natureza do FNE e as políticas propostas pelo Fórum e aprovadas.

01/12/2024 (Domingo) – Manhã

Coordenação da reunião: Cláudia Lino Piccinini (1ª Vice-Presidenta da Regional Rio de Janeiro), Emerson Duarte Monte (2º Vice-Presidente da Regional Norte 2), Fernanda Ferreira Belo (1ª Secretária da Regional Planalto), Luis Eduardo Acosta (2º Vice-Presidente) e Raquel Dias Araujo (1º Vice-Presidenta).

Representantes das seções sindicais

Gelta Terezinha Ramos Xavier (Aduff), Nilvânia dos Santos Silva (Adufpb), Maria Bernardete da Nóbrega (Adufpb), Olenir Maria Mendes (Adufu-Ss), Myrtes Dias da Cunha (Adufu-Ss), Clarissa Rodrigues (Diretoria), Marcos de Oliveira Soares (Adunifesp), Amanda Moreira (Asdurj), Michelli Costa (Adunb).

4. A POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO RSC PARA A CARREIRA UNIFICADA DO MAGISTÉRIO FEDERAL, POR UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO

A diretora Clarissa Rodrigues (2ª Vice-Presidenta da Regional Leste e da Coordenação do GT Carreira), fez uma exposição sobre o tema, destacando o histórico do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). O RSC é um dispositivo da rede federal, para o quadro docente. Foi instituído por meio da Lei 12772/2012, para criar uma correspondência salarial sem a titulação correspondente, concedendo a gratificação de titulação por meio do RSC. O Reconhecimento de Saberes e Competências é recebido sem a necessidade de realizar formação continuada na rede de pós-graduação stricto sensu. Abordou o histórico da Rede Federal de Educação Profissional, que foi criada no início do século XX. No final da década de 1950, as Escolas Técnicas foram criadas, e os CEFET foram instituídos em 1978, com o objetivo de inserir o ensino superior em articulação com a formação de nível médio técnico. O plano de carreira da estrutura da educação tecnológica inicia em 1970. Em 1987, com o PUCRCE, o magistério de primeiro e segundo graus foi incorporado à mesma legislação, em conjunto com o magistério superior. Em 2006, apresenta-se a estrutura da carreira da rede federal tecnológica, estruturada em cinco níveis, com a definição para o acesso ao cargo, definido no âmbito da graduação, com a devida habilitação para acesso ao cargo. Com a criação da carreira EBTT, em 2008, todos são incorporados à nova estrutura de carreira, com exceção do CEFET-RJ e CEFET-MG, que permaneceram com a carreira antiga, sem se

converter em Instituto Federal. Nesse processo, ocorreu o devido enquadramento na nova carreira ou, ainda, foi possível manter-se na carreira antiga, com o impedimento de não obter os reajustes da nova carreira. Para sanar este problema, em 2012, foi criado o RSC para atender à(ao)s docentes que, ao adentrar à nova carreira ou permanecer na antiga, pudessem obter valorização por meio da formação continuada, mesmo que não fosse por meio dos cursos de pós-graduação stricto sensu.

Após a apresentação, foi feito o debate e várias pessoas se inscreveram para participar da discussão, a saber, Marcos de Oliveira Soares (Adunifesp), Gelta Terezinha Ramos Xavier (Aduff), Nilvânia dos Santos Silva (Adufpb), Amanda Moreira (Asduerj), Maria Bernardete da Nóbrega (Adufpb), Cláudia Piccinini (Diretoria), Olenir Maria Mendes (Adufu), Raquel Dias (Diretoria).

Foram feitas as seguintes reflexões: o tema precisa ser tratado do ponto de vista do que significa o RSC como política de carreira e seu significado; como incorporar os efeitos do RSC no debate da carreira única? O debate de carreira única perpassa por enfrentar o abismo entre educação básica e educação superior; Inserir como horizonte a articulação das lutas do ANDES-SN com os sindicatos da educação básica; realizar a transição do RSC para os que já possuem hoje, com a devida incorporação, com a retirada desse dispositivo em projetos futuros de carreira; tratar da concepção de carreira em articulação com a formação inicial e continuada, sem correr o risco de perder direitos; esse debate precisa perpassar pelo tema da aposentadoria; avançar para a estruturação de uma carreira única, a partir do tema do piso nacional; demarcar o piso salarial como uma etapa importante para a unificação da carreira e para as lutas conjuntas com os sindicatos da educação básica; o RSC é uma formação em serviço, que reduz a qualidade da formação, estabelece a responsabilização do indivíduo e retira a responsabilidade institucional para o processo de qualificação docente.

Encaminhamentos:

1. Discutir o RSC associado ao projeto de carreira e a pauta histórica do ANDES-SN.

5. ENCAMINHAMENTOS.

Os encaminhamentos foram feitos em cada ponto específico após a discussão.

A reunião foi encerrada às 12h.

Brasília, 1º de dezembro de 2024.

Diretoria do ANDES-SN

Circular nº 478/2024**SUBANEXO****Informes GTPE – Recebidos via formulário**

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	APROFURG	Magda de Abreu Vicente	A Aprofurg informa que no dia 19/11/2024 realizou reunião do GTPE para tratar da pauta enviada pelo GT Nacional. Na ocasião, foi decidido que temas como a participação no FNE e a linha salarial única serão tratados em Assembleia que discutirá os TRs do Congresso. Cabe destacar que a Aprofurg não enviou membros para participação no GTPE nacional em função de ajustes orçamentários decididos pela nova diretoria, que assumiu recentemente o sindicato. Ainda, é importante dizer que integrantes da base, do GTPE e da diretoria participaram do último Congresso realizado no Rio de Janeiro contra o neoliberalismo, que foi de suma importância para atualização do debate local. Sem mais, desejamos uma excelente reunião a todos.

Informes GTPE – Recebidos via e-mail – pós fechamento de recebimento via formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	ASDUERJ	Amanda Moreira	Inicialmente foram dados informes gerais da seção sindical. Foi resgatado que a crise que a Uerj enfrentou em 2024, foi gerada essencialmente devido à questão orçamentária, então a luta pelo orçamento condizente com a necessidade da Uerj tem sido pauta central do sindicato no momento. Foram citadas as lutas em relação à disputa pelo orçamento público, tanto diante da LOA, junto à Alerj, quanto diante do Propag, em Brasília. Neste ponto foi destacado a audiência pública sobre o PLP 121/2024, realizada no dia 28/11, na Câmara dos Deputados, no qual

			<p>as seções sindicais do Rio de Janeiro (Asduerj e Aduenf) construíram emendas para inclusão das universidades estaduais no escopo do projeto, no que tange aos investimentos. Foi informado que a assembleia para eleição de delegados para participação no congresso do Andes-SN acontecerá no próximo dia 02/12 e nessa assembleia também será proposta uma ação civil pública que será movida pelo sindicato sobre os triênios sobre a DE, que deixaram de incidir desde o primeiro regime de recuperação fiscal no estado do Rio de Janeiro. Em relação ao GTPE, ocorreu uma reunião conjunta dos GTPE do Rio de Janeiro na última semana, na qual foram debatidos os temas que seriam discutidos no pleno e também foi definido que essas reuniões conjuntas acontecerão bimestralmente com o objetivo de realizar debates, eventos, assim como fortalecer os GTs locais.</p>
2	ADUFES	Fernanda de Araújo Binatti Chiote	<p>-No segundo semestre de 2024 o GTPE da Adufes realizou atividades para promover o debate com a base: “Novo Plano Nacional de Educação: concessões à vista” com a professora Olinda Evangelista (UFSX) e o professor Mauro Tilton (UFSC), no dia 04/09/2024, em conjunto com o GTPFS; “O desenvolvimento do psiquismo, educação escolar e plataforma da educação” com a professora Adriana Franco (UEM) e o professor Fernando Lacerda (UFG). https://wp.adufes.org.br/2024/10/atividades-do-gtpe-e-do-gtpfs-de-setembro-debateram-os-rumos-que-a-educacao-esta-tomando-no-brasil/</p> <p>-Em conjunto com o GTPFS realizou a palestra “Financiamento do ensino superior público”, no dia 29/10/2024 e a atividade “Manejo dos dados sobre o financiamento da educação pública”, no dia 30/10/2024, ambas com o professor Emerson Duarte (UEPA). https://wp.adufes.org.br/2024/11/atividades-conjuntas-dos-gts-de-politica-educacional-gtpe-e-de-politica-de-formacao-sindical-gtpfs-discutiram-o-financiamento-e-o-manejo-de-dados-do-orcamento-para-educacao-superior-publica/</p> <p>-Na programação conjunta com o GTPFS, está prevista a palestra “Política educacional, aparelho de Estado e movimento docente”, no dia 02/12/2024 e a atividade “Formas e fundamentos da participação da base no Andes-SN: questões organizativas”, no dia 03/12/2024, ambas com o professor André Guimarães (UNIFAP).</p> <p>Informes locais (Diretoria da Adufes)</p> <p>Reforçamos nossa denúncia em relação ao grave ataque a todo movimento sindical docente, com a cobrança, por parte da Reitoria da Ufes, de boletos relativos a ações na greve de 2024.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Pedimos apoio com a assinatura DAS SEÇÕES SINDICAIS ao manifesto da assembleia da Adufes: https://wp.adufes.org.br/2024/09/apoio-a-adufes-contra-cobrancas-de-boletos-da-reitoria-ja-foi-assinado-por-dezenas-de-entidades/ ● Reitoria envia boletos bancários à Adufes e categoria define ações de resposta ao que considerou um ataque da Administração Central https://wp.adufes.org.br/2024/09/criminalizacao-avanca-reitoria-envia-boletos-bancarios-a-adufes-e-categoria-define-aco-es-de-resposta-ao-que-considerou-um-ataque-da-administracao-central/

		<ul style="list-style-type: none">● Nota da categoria docente em relação aos boletos emitidos pela Ufes para pagamento pela Adufes https://wp.adufes.org.br/2024/09/nota-da-categoria-docente-em-relacao-aos-boletos-emitidos-pela-ufes-para-pagamento-pela-adufes/● Recurso administrativo da Adufes https://wp.adufes.org.br/wp-content/uploads/Adufes._RECURSO_ADMINISTRATIVO_CUn_assinado.pdf● Reitoria da Ufes não recebeu diretoria do Andes-SN https://wp.adufes.org.br/2024/10/visita-do-triunvirato-do-sindicato-nacional-a-vitoria-e-marcada-por-decisoes-sobre-o-43o-congresso-do-andes-e-a-recusa-da-reitoria-da-ufes-em-receber-a-entidade/ https://www.instagram.com/reel/DAozhi2PUPM/?utm_source=ig_web_copy_link● Representantes da Reitoria finalmente recebem a Adufes para tratar da cobrança de boletos relativos a ações de greve https://wp.adufes.org.br/2024/10/representantes-da-reitoria-finalmente-recebem-a-adufes-para-tratar-da-cobranca-de-boletos-relativos-a-acoes-de-greve/● Divulgada a íntegra da Moção de Repúdio aos boletos que a Ufes cobra da Adufes aprovada no 15º Conad Extraordinário, em Brasília https://wp.adufes.org.br/2024/10/22069/● Circular Andes-SN n.º 429/2024 - Encaminha link com abaixo-assinado em apoio à Adufes - 4 de outubro de 2024● Circular Andes-SN n.º 455/2024. - 18 de outubro de 2024. Moções aprovadas no 15º CONAD Extraordinário (p. 12).
--	--	--